

REQUERIMENTO Nº de 2008.
(Do Sr. Paulo Bornhausen)

Requer seja convidado o Sr. José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União, para prestar esclarecimentos sobre a reposição salarial anunciada para os membros da Advocacia Pública Federal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, VII, do Regimento Interno, o comparecimento do **Sr. José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União**, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a fim de que preste esclarecimentos acerca do prometido reajuste de vencimentos dos membros da Advocacia Pública Federal.

Justificativa

É preocupante a atual ameaça de apagão jurídico na esfera federal. Tudo por conta do não cumprimento do termo de compromisso firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e os membros da Advocacia Pública Federal, que,

desde 1º de novembro de 2007, aguardam o desfecho satisfatório da questão, por meio de edição de Medida Provisória, nos moldes do reajuste concedido aos Policiais Federais.

A irônica desculpa apresentada pelo governo, dando como razão da não efetivação do acordo a queda da CPMF, beira a mais sórdida provocação, dados os números recordes obtidos pela arrecadação federal no primeiro bimestre do ano corrente.

A perda remuneratória dos advogados públicos é insustentável. Chegou a tal ponto que cerca de trinta por cento dos novos quadros qualificados em concurso público abandonam a carreira, migrando para áreas mais atrativas financeiramente, como o Ministério Público, Magistratura e até mesmo para a Polícia Federal, que percebe trinta por cento a mais do piso e do topo salarial.

Por se tratar de carreira essencial no organograma jurídico nacional e por temer que uma greve geral dos advogados públicos traga um estado de letargia geral para os serviços jurídicos, principalmente no que tange a interesses diretos da própria União, requeremos que o Advogado-Geral da União esclareça, perante esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, todos os seus esforços no sentido de resolver esse grave problema e evitar que uma potencial paralisação dos Advogados Públicos Federais atinja em cheio o já combalido sistema jurídico nacional.

Sala das Reuniões, em de 2008.

Deputado Paulo Bornhausen

DEM/SC